

XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche, 2009.

Legislação Educacional no Brasil: a biopolítica e a conformação dos indivíduos nos governos ditatoriais.

Biavatti, Vania y Dias, Julice.

Cita:

Biavatti, Vania y Dias, Julice (2009). *Legislação Educacional no Brasil: a biopolítica e a conformação dos indivíduos nos governos ditatoriais*. XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-008/825>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Legislação Educacional no Brasil: a biopolítica e a conformação dos indivíduos nos governos ditatoriais

BIAVATTI, Vania Tanira - FURB – SC – Brasil

De modo geral, a escolarização em massa, defendida a partir dos compêndios dos séculos XVIII e XIX esteve vinculada ao ideário de uma instituição escolar que produzisse indivíduos, preparados na infância e na juventude, que servissem ao país como cidadãos ordeiros e civilizados (Faria Filho, 2000).

Historicamente, a escola como instituição social foi cunhada nas sociedades ocidentais modernas como o lócus da formação do indivíduo cristão, trabalhador e cidadão, objetivando com essa tríade constituir e fortalecer os modernos estados nacionais.

Os saberes escolares desde então estiveram sob o monopólio do estado, pois é a história de seu desenvolvimento que mostra a evolução entre o homem bárbaro, inculto ao cidadão civilizado (Elias, 1994).

Para Faria Filho (1998) o processo de urbanização e expansão das cidades no continente europeu durante este período exigiu dos estados ações de higienização da população para evitar o caos da desordem. Para Michel Foucault (2003) tal processo se refere ao que o autor localiza como o nascimento da biopolítica. No início do século XIX acontece significativa ruptura sobre o entendimento do que é governar. A definição de governo passa pouco a pouco a não mais se referir exclusivamente à conservação do território e conseqüentemente dos que nele habitam - como nos conselhos ao príncipe de Maquiavel - mas sim a um governo que é o governo das coisas. Mas não o governo das coisas em oposição ao governo dos homens e sim como o governo deste complexo que é constituído entre as coisas e os homens.

As coisas das quais os governos passam a necessitar de se encarregar neste outro entendimento sobre governar, são os homens em suas relações, laços e emaranhamentos com as riquezas, recursos, territórios e fronteiras, qualidades, climas e culturas. Os homens em suas relações com os costumes, hábitos e maneiras de fazer e pensar. Governar passa a ser governar uma quantidade de coisas relacionadas e não mais o território com seus habitantes.

O governo passa a ter então na disposição das coisas a conduzir a função do encaminhamento a um fim conveniente tanto à sua própria manutenção, como e, por conseguinte ao bom e eficiente andamento das coisas, surgindo daí uma outra finalidade na arte de governar. Ao invés de o governo ser uma maneira de dispor das coisas para conduzir a um bem comum, passa a ser a forma de conduzir as coisas a um fim conveniente a cada uma destas coisas a governar. Isto passa a implicar numa pluralidade de objetivos específicos a serem determinados e perseguidos, pois o governo terá que fazer de modo a que se produza o máximo para que a população possa dispor do máximo possível. A finalidade do governo então passa a ser a de aperfeiçoamento, maximização ou intensificação dos processos que dirige. Nesta outra configuração os instrumentos de governo muito mais do que leis, se constituem em táticas e estratégias.

Ligada ao surgimento desta ciência de governo, a economia e nela o problema das populações surgem como foco, uma vez que é através do desenvolvimento da ciência do governo que a economia se assenta em certo nível de realidade que se passou a denominar econômico.¹ É, portanto através da ciência de governo que se pode recortar o problema da população. E neste outro recorte de realidade, agora crucial para o bom governo, a estatística vai mostrar pouco a pouco que a população tem suas regularidades próprias – mortes, doenças, regularidades de acidentes – demonstrando que as populações comportam efeitos próprios à sua agregação, irreduzíveis aos da família. A família como modelo de governo desaparece para ressurgir como elemento fundamental no interior das populações. E é assim que desempenhando outro papel, a partir do século XVII, notadamente no século XIX, a família surge no cenário social. Disseminam-se as várias campanhas sobre mortalidade, concernentes ao casamento, vacinação. A população aparece então como finalidade e instrumento de governo, como sujeito das necessidades e das aspirações, mas também como objeto entre as mãos do governo, consciente do que o governo quer, mas inconsciente do que lhe instituem fazer.

¹ O termo economia designava, no século XVI, uma forma de governo. A palavra economia referia a gestão do pequeno conjunto constituído pela família e pelos familiares. Os familiares e o pai de família de um lado e do outro o Estado e o soberano. No Século XVIII ela designará um nível de realidade, um campo de intervenção, e isso através de uma série de processos complexos. "Eis aqui então o que é governar e ser governado" (Foucault, 2003, p. 289).

É no bojo do nascimento da biopolítica, da idéia de governar as populações que tem na estatística o saber principal, que a localização da escolarização de massa toma sentidos muito específicos como uma das estratégias de governo.

Deste modo, a escola teve um papel fundamental, pelo uso da palavra escrita, de disseminar não só a cultura letrada, mas de instituir modos de pensar, agir, sentir, portanto de inculcar mentalidades que fossem condizentes ao projeto de nação urbanizada civilizada.

Notadamente conhecida e reconhecida como instituição primordial para o avanço do espírito moderno no Ocidente, a escola tem sido, na longa duração, aliada do estado na fabricação do desenvolvimento.

A despeito do já conhecido papel que a reforma protestante com seu mote de livre interpretação das Escrituras por cada um, desempenhou na disseminação das escolas; Silvio Gallo (2006) defende que não foi a reforma protestante, mas os planos políticos da burguesia ascendente que trouxeram à ordem do dia a universalização da educação. E é neste sentido que as práticas pedagógicas por ela desenvolvidas não têm deixado de revelar paradoxos e contradições, na difícil e paradigmática tarefa de formar cognitiva, moral e fisicamente o indivíduo/cidadão de bem.

Marco notável da Modernidade no Ocidente, a escrita e o livro impresso foram os propagadores por excelência no espaço pedagógico, tanto para os alunos quanto para os professores.

Na época, noções de desenvolvimento e raça foram construídas num contexto em que os Estados Unidos começavam a firmar-se como um pólo político e econômico em concorrência com a hegemonia dos países europeus no Brasil, pela sua força imigratória desde a segunda metade do século XIX².

[...] o emergente nacionalismo brasileiro privilegiava a assimilação e a integração de diferentes (e determinadas) ‘raças’ para fazer nascer o *brasileiro europeizado* (grifo da autora) e posicionava como perigosos os grupos que insistiam na delimitação de suas especificidades; a Igreja [...] regulava o exercício dos afetos e da sexualidade

² Vale ressaltar que o discurso do desenvolvimento econômico e o do fortalecimento nacional não era trabalhado só no Brasil.

produzindo/sustentando a idéia de incompatibilidade entre crenças religiosas e culturas (Meyer, 2000, p. 106-7)

Nesta complexa atuação, a escola brasileira tem mesclado discursos e práticas que tomam como referência a impossível integração entre liberdade e institucionalização, pois todo aparato moral e pedagógico reside na formalização, regulação e normatização da conduta dos indivíduos.

Os sistemas públicos de ensino, tal como o conhecemos hoje no Brasil, são invenção recente. Para Silvio Gallo (2002) os sistemas públicos de ensino brasileiro são fruto das revoluções burguesas.

O intento de formar o cidadão partícipe que construiria e sustentaria a sociedade republicana, de educar a todos a partir de uma base comum que desenvolveria uma unidade nacional – lingüística e, por conseguinte, cultural - a fim de instituir um sentimento nacionalista contundente, nasce nos idos dos movimentos de implantação da república brasileira absolutamente conectado aos intentos ideológicos de uma política estatal que visava, após um período imperial, implantar um modelo político republicano que, nos cuidados com a população, disseminasse uma visão de mundo, de constituição de sociedade republicana, portanto, ideologicamente implicada.

Em fins do século XVIII, em plena época das revoluções burguesas, no Brasil se institui um sistema escolar público. Durante todo o período da colônia, o sistema de ensino brasileiro foi criado e organizado pelos jesuítas, a partir dos intentos da Companhia de Jesus. Com a expulsão dos jesuítas do território português, a coroa portuguesa se viu obrigada a assumir o sistema de ensino que, salvo no chamado município neutro – sede da corte portuguesa no Brasil – de fato não se efetivou no período, nem mesmo com a independência do Brasil e conseguinte período Imperial.

É com o advento da república e nela a preocupação com o destino das populações, que no Brasil efetivamente se configura o controle do estado sobre os sistemas públicos e privados de ensino, através de estratégias tanto legais quanto de políticas pedagógicas.

No primeiro período da República (primeira República - 1889 até 1930) proliferaram iniciativas autônomas, a maioria delas oriundas de grupos de trabalhadores estrangeiros imigrantes, que se mantinham a margem de qualquer possibilidade de regulamentação. Ou as crianças brasileiras teriam a escola determinada pelo governo, ou não teriam escola alguma. É desde este período que o progresso, desenvolvimento e cidadania têm sido modelos conceituais adotados pela escola brasileira, de forma a

atrair e conformar os indivíduos escolarizados a um projeto de nação, na iminente convicção de que se apropriando dos saberes escolares e das práticas comportamentais instituídas pela escola, todos, ou pelo menos, os bem sucedidos na escola, teriam sua vez na estrutura social.

Para isto, em 1930, Getúlio Vargas criou o ‘Programa de Reconstrução Nacional’, fundando o Ministério da Instrução e Saúde Pública. A educação passou em primeira ordem a ser a via para a construção/conformação de uma identidade nacional, marcada pelo autoritarismo do regime getulista³.

A obrigatoriedade da frequência escolar era dever da família. A escola, como via mais eficaz para a produção do indivíduo nacionalista, pode ser percebida nas palavras do interventor federal Nereu Ramos, em relatório enviado em 1939 ao presidente da república:

Considerando que a Constituição da República estabelece a obrigatoriedade do ensino primário como meio de educar a infância e a juventude no cumprimento de seus deveres para com a economia e a defesa da Nação; [...] é preciso exercer contínua vigilância e tutela eficaz, para que o espírito da criança seja impressionado e guiado por ensinamentos [...] que interessam à construção moral da Nação e seu equilíbrio político (Relatório 1939).

Ainda em 1939 foi sancionado o Decreto nº. 88 que obrigava todas as escolas a adquirirem livros adotados oficialmente pelo Estado. Este controle ficava sob o encargo do Secretário do Interior e Justiça (Venera, 2003, p.83). Desta forma toda produção literária, bibliográfica, didático-pedagógica era regulada pelo estado, tanto nas escolas públicas quanto nas escolas privadas. Uma Comissão Nacional do Livro

³ O governo de Getúlio Vargas comporta três períodos. Uma primeira fase que sucede a Revolução de 1930, quando revoltados com a política estabelecida de alternância no poder entre dois estados brasileiros, políticos e militares insatisfeitos apóiam a tomada de poder por Getulio Vargas que se compromete em permanecer por somente um mandato. Este período, no entanto se estende por mais quatro anos através de eleições indiretas que mantêm Getúlio Vargas na presidência da república. Um ano antes de findar este período, sob o argumento de que o país estaria a mercê de um golpe civil, de uma revolução comunista, Getúlio Vargas dá um golpe de Estado tomando o poder e lá permanecendo até 1946, quando então se retira. Este período é denominado de “Estado Novo”. Após o restabelecimento do regime democrático, passados quatro anos de sua retiradas da presidência da república, Getúlio Vargas se lança candidato novamente, sendo eleito presidente do Brasil para o mandato 1950-1954. No último ano de seu governo, alegando total incapacidade de resistir a forças alheias, Getulio Vargas comete suicídio.

Didático já tinha sido criada em 1938 para constituir o locus do controle sobre o que e como se ensinava na escola.

Eis, portanto, uma tática de governo, que no controle à população, usa da estratégia da escolarização, uma das principais formas que Vargas encontrou para construir a unidade nacional.

É nesta configuração que as Leis Orgânicas instituídas ainda pelo governo ditatorial de Vargas, agora já no período do Estado Novo (1942 - 1946) organizam a educação brasileira, em vigor até o ano de 1961 e que colocam a educação sob a total tutela do estado numa política de governo específica de desenvolvimentismo populista.

Trata-se de um apanhado de decretos organizados esparsamente que, no entanto constituíram-se como um sistema na medida em que, prevendo toda a estrutura da escolarização brasileira, determinavam a cada nível composição e conteúdos apropriadamente voltados a diferentes realidades sociais. Foram seis decretos leis, conhecidos como Leis Orgânicas do Ensino que organizaram a educação brasileira pública e privada e que nesta lógica, discursavam sobre as possibilidades de ascensão social, segundo a ocupação a ser tomada na escala social definida através da posição que no mercado de trabalho a escola proporcionaria assumir⁴.

Com a saída de Getúlio Vargas do poder, uma nova fase desenvolvimentista começa a ser desenhada para o país, a partir de outras relações de poder que começam a se configurar. Neste período, agora configurado sob outra roupagem, eivada de princípios democráticos sem, contudo, efetivamente constituir-se num governo distinto do período anterior, ou seja o Estado Novo, tem-se a constituição de 1946 que determina como incumbência do estado organizar legislação única para a

⁴ A Lei Orgânica de 1942, que institui o ensino primário, organizou quatro anos de estudos iniciais que culminavam com um quinto ano de complementação. Findado o nível primário, incluindo o quinto ano complementar, o exame de admissão aos níveis seguintes, elaborado, dirigido e aplicado pelo Estado era condição de continuidade. Uma vez concluído o nível primário, desenhavam-se cinco ramos de ensino como possibilidade de prosseguimento nos estudos: o ensino secundário que dividido em dois ciclos de quatro e cinco anos sucessivamente para o ginásio e o colegial (que poderia ser clássico ou científico), destinava-se a atender os que pretendiam e podiam avançar ao curso superior. O ensino Normal, previsto pelo decreto de 1946 destinava-se à formação docente para o primário. O ensino agrícola, comercial e industrial, decretos aprovados em 1943, e em 1946, respectivamente, se destinavam à preparação para o mercado de trabalho. Tais decretos são, portanto nitidamente destinatários da população brasileira, dentro da lógica desenvolvimentista da época.

educação. Esta lei de diretrizes e bases para a educação brasileira deveria em todo território nacional definitivamente instituir uma educação voltada ao desenvolvimento nacional, tanto no discurso legal e pedagógico como na conformação dos indivíduos que teriam nos modos de ser agir e pensar ações e comportamentos mobilizadores para a ascensão social. É então pela iniciativa do governo, que emana projeto de lei de diretrizes e bases que, numa história de tensões e contradições vividas nas casas legislativas do país, com a participação das entidades de classe e grupos de interesse⁵ gerou um longo processo de discussão que se estende até 1961.

Embora tendo sido aprovada vinte e cinco anos após sua primeira formulação, num contexto político absolutamente divergente do seu projeto inicial, a Lei de Diretrizes e Bases 4024/61 somente reestruturou o modelo anterior, acoplando ao antigo primário quatro anos de ensino ginasial, que anteriormente era compreendido no nível secundário, aumentando de quatro para oito anos o ensino básico e trazendo a formação profissionalizante para dentro no nível médio.

Esta lei sofre alterações a partir da instalação da ditadura militar. O governo ditatorial militar, no seio do contexto da guerra fria e numa política de repressão e censura ferrenha, organiza a educação brasileira sob a máxima do ‘desenvolvimento com segurança’.

Fruto de doze acordos entre o governo brasileiro e uma agência estadunidense de desenvolvimento internacional⁶ foram instituídas as Leis 5540/68 e 5692/71. Estas estruturaram o ensino superior e o ensino de 1º e 2º graus que o antecedem, configurando uma rede de políticas e leis educacionais que visam sobretudo a manutenção, propagação e conformação da população a diferentes preceitos ideológicos em torno do desenvolvimento do país, da sociedade, alinhando a prática educacional no período, cuja expectativa de eficiência estava condicionada a resultados técnicos de construção do indivíduo produtivamente útil.

Deste modo vê-se no Brasil o encaminhamento que diferentes governos dão à educação, quer do ponto de vista de suas políticas ou das leis instituídas, a partir

⁵Este acontecimento é uma visibilidade de como a escola é uma estratégia de governo, pois os que participam do governo ou desejam governar se sentem envolvidos na luta pela definição dos rumos da educação.

⁶ Estes acordos ficaram conhecidos na história da educação brasileira como acordos MEC-USAID (Ministérios da Educação – United Agency International Development).

de diferentes e diversas visões sobre as necessidades e encaminhamentos estratégicos das populações nos mais variados contextos.

Focando pontualmente neste estudo o período dos governos ditatoriais no Brasil⁷, encontramos no governo getulista exemplo concreto dessa teia entre estado e conformação dos indivíduos que são os *Cadernos de Leitura* disponibilizados aos alunos das escolas públicas catarinenses, como parte do ‘Programa de Reconstrução Nacional’ e atendendo Decreto nº. 88, ambos já mencionados neste texto.

Em 1920, Henrique da Silva Fontes foi o organizador dos *Cadernos de Leitura* oficialmente distribuídos pelo governo getulista e utilizados por todas as escolas públicas do país. A Série Fontes é um dos conjuntos que melhor materializa a interferência das políticas de governo no encaminhamento macro e micro pedagógico da educação no intento de conformação da população a determinados preceitos, elementos, visões de mundo oriundos de uma lógica de governo.

Haja vista que o estudo ora apresentado trata de pesquisa em andamento e a Série Fontes exige análise aprofundada dos dados já levantados, recorta-se aqui exemplos da influencia da série em escolas públicas da região de Blumenau, onde práticas de civismo e espetacularização da pátria e do sentimento de pertença nacional constituíam o mote do cotidiano escolar.

FIGURA 1 – Excertos de jornal interno de escola pública, s/ data.

⁷ Os períodos de governos ditatoriais compreendem o Estado Novo, ditadura populista de Getúlio Vargas que vai de 1937 até 1946 e o período da ditadura militar que vai de 1963 até 1985.

Academico Alexandre Guerreiro Largo do Papagaio N.º 1. Sergipe
Bahia

"A JUVENTUDE"

Bahia

Diretor: Alfredo Kumm
Gerente: Walfrido Stotz

Orgão do Grupo Escolar Luiz Delfino
Blumenau, 7 de Setembro 1936

Redatores e Re

DIVERSOS

6.4.4
doc-09

Bahia

A Juventude

Orgão do Grupo Escolar Luiz Delfino.
O Nosso Jornal.

No dia 7 de Setembro vai sair o primeiro número do nosso jornal. O jornal chama-se «A JUVENTUDE». Pedimos desculpas aos distintos leitores pelos erros e pela simplicidade do nosso jornal. O jornal foi organizado pelos alunos do curso preliminar do Grupo. Nós somos ainda pequenos e por isto não podemos fazer um jornal sem erros. Si os jornais organizados por homens inteligentes e cultos erram às vezes, a nós, que somos principiantes, não é mal errar.

Walfrido Stotz.



Pátria

(Antonio Sales)

Não. A Pátria não é onde mais grata é a vida
Mas a estância natal, do plaino ou da montanha,
Onde á luz decerraste a palpebra adormida
Na sombra, á tepidez da maternal entranha.

E' a terra em que vão ter descanso á humana lida
Esses, cuja memoria é luz que te acompanha,
E onde falaste a lingua, a primeira aprendida
E ante a qual qualquer outra é dissonate e estranha

Terras, certo haverá de mais poder e glória
De mais resplandecente, de mais sublime história,
Mais fecundas na Paz, mais potentes na Guerra.

Que te importa? Assim como á mais alta Rainha,
Preferes tua Mãe — pobre e simples velhinha —
Ao mais nobre país prefere a tua Terra! . . .

(Ext.)



Pátria

Pátria é o lugar onde nascemos, onde temos as mesmas leis e também onde fomos para a escola para aprender a ler e a escrever. Nossos pais querem que nós fiquemos fortes para trabalhar pela nossa pátria. Muita gente pensa que pátria é só o lugar onde nascemos, mas isso não é verdade, pátria é todo o nosso querido Brasil. Nós precisamos trabalhar, para tornar o Brasil cada vez mais forte e maior. Nós também temos na nossa História muitos heróis grandes e com muito talento que lutaram pela sua pátria e fizeram o Brasil livre.

Ilse Wille.

Dr. Alexandre M. de Ruyter. Largo do Papagaio N.º 1. Sergipe

A natureza do Brasil

As matas do Brasil são imensas, todas verdes, as aves trinando, os beija-flores de flor em flor; os tucanos e papagaios ruidosos não têm conta.

Há flores lindas como: parasitas e outras flores cheirosas. O Brasil tem também cachoeiras lindas, como a cachoeira de Paulo Afonso que é a mais linda do Brasil, fica entre Sergipe e Alagoas. Tem rios enormes, temos um rio que é o maior do mundo em volume de agua, chamado, rio Amazonas. Temos também o rio São Francisco que é muito grande, formando a cachoeira, de Paulo Afonso. O rio Amazonas é tão lindo que é falado no mundo inteiro. Tem a flor chamada Vitória Régia, boiando em suas aguas. A natureza do Brasil é tão rica que é falada no mundo inteiro.

Regina Scheidemantel.

Crônica Escolar

Na semana pedagógica (13 a 20 de Julho) estiveram nesta cidade o Sr. Trindade, Diretor do Departamento de Educação, e o Sr. João dos Santos Areão, Inspetor Federal da Nacionalização do Ensino. Foram então fundados o jornal «A JUVENTUDE» orgão do Grupo Escolar „LUIZ DELFINO” e „A VOZ DO ESTUDANTE”, orgão da Escola Normal Primária. No dia 16 de julho, o Grupo Escolar Luiz Delfino, fez um piquenique ao campo do Amazonas F. C. A Escola Normal Primária fez uma ginástica admirável. No fim da semana pedagógica, plantou-se no jardim do Grupo, o pau-brasil que foi oferecido pelas crianças de Pernambuco as de Sta. Catarina. Falou nessa ocasião o Sr. Professor Barreiros Filho. O dia de Carlos Gomes, o grande maestro, não passou desapercibido em Blumenau. Muitos alunos do Grupo Escolar „LUIZ DELFINO” recitaram em honra a esse grande homem.

Esses grandes patriotas, que morreram, são ainda lembrado por todos, principalmente pelos escolares.

No dia 25 de julho, festejou-se o „DIA DO COLONO”. Muitas crianças foram oferecer flores a diversos velhos colonos. Todos os alunos do Grupo Escolar vão ser uniformizados com um guarda-pó.

Vamos ter muito movimento no Grupo, com pinturas; apesar disso não deixamos as aulas, nem os ensaios, que são seguidamente repetidos nas classes.

Amandina Balsini.



Os três viajantes

(Reprodução)

Três viajantes viajavam certa vez juntos. Depois de longa viagem, achando-se sem dinheiro, chegaram em casa de

Uma velhinha afim de conseguirem algum alimento, pois estavam com muita fome. E agora? A velhinha tinha em casa somente um ovo; o qual lhes deu. Os viajantes acharam que um ovo seria muito pouco para alimentar três homens e fizeram entre si um acôrdo: o que dissesse três palavras cognatas comeria o ovo sozinho e o primeiro disse: Com sal, com salino, com salitre. O segundo disse: De ovo, de ovinho, de ovite; o terceiro que era inteligente disse: De engole, de engolinho, de engolite, comendo assim o ovo sozinho, e ficaram os outros dois olhando.

Evelina Hilario.
40. ano feminino.

Sete de Setembro

O Grupo Escolar „LUIZ DELFINO“ vai comemorar a data que todo o brasileiro deve conhecer, „SETE DE SETEMBRO“. Esta data é comemorada em todo Brasil, desde os sertões do Amazonas até os campos do Rio Grande do Sul. Neste dia o Brasil tornou-se independente de Portugal. O povo brasileiro vivia oprimido pelo povo português. A libertação do Brasil deu-se às margens do Rio Ypiranga, onde D. Pedro I, recebendo a carta de José Bonifácio de Andrade Silva, proclamou a Independência do Brasil, com a frase que se tornou celebre para sempre „INDEPENDÊNCIA OU MORTE.“

Walfrido Stotz
40. ano masculino.

O porquinho imprudente

Era uma vez um porquinho muito imprudente. Este porquinho tinha o costume de ir estragar as flores do jardim e comer as frutas do pomar. Um dia este porquinho fugiu e foi para o pomar. Lá êle viu um monte de belas maçãs. Correu para comê-las. Mal tinha comido a primeira, um grande cachorro apareceu e deu-lhe uma dentada tão grande que lhe arrancou um pedaço da orelha e tocou-o dali para fóra.

O porquinho veio correndo e gritando esconder-se no curral.

Eis aí o castigo do porquinho imprudente. Cousas parecidas acontecem tambem aos meninos que desobedecem aos seus pais e aos seus professores.

Eri Varela
40. ano feminino

O nosso passeio

No dia 16 de julho nós fizemos um passeio no campo do Amazonas; já que era feriado nós aproveitamos a ocasião. Quando chegamos lá, nós fizemos uma festinha e tambem saudação á Bandeira. Depois nós fomos brincar no campo; havia muitos brinquedos. A Escola Normal Primária fez uma

ginástica muito bonita. Tambem havia música, as professoras dansaram. Ao meio dia nós comemos uma feijoada muito boa. De tarde jogaram futebol. Perto do campo do Amazonas passa um rio muito bonito, bem baixinho. Depois nós brincamos ainda, até que fomos embora.

Edite Scheidemantel
30. ano fêmeo.

Tiradentes

Tiradentes foi o primeiro herói da Independência. O seu nome era Joaquim José da Silva Xavier.

Alguns brasileiros que tinham estudado na Europa, vinham com idéias de tornar o Brasil livre de Portugal.

Eles marcaram o dia do levante. A bandeira revolucionária trazia o lema: „Libertas quæ sera tamen“. Os chefes da revolta eram: Joaquim José da Silva Xavier, o poeta Tomaz Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto e Claudio Manoel da Costa.

Tiradentes foi para o Rio de Janeiro comprar armas.

O infame Joaquim Silveiro dos Reis traiu a Conspiração e denunciou seus companheiros ao Visconde de Barbacena, que mandou prender os conspiradores. Tiradentes foi preso no Rio de Janeiro. Foram todos condenados á morte. Mas D. Maria I. mudou a pena de morte em degredo perpetuo, menos para Tiradentes que foi enforcado no dia 21 de abril de 1792. Seu corpo foi esquartejado e exposto nas ruas. Sua familia foi declarada infame e a sua casa foi arrazada.

Iize Krämer. 40. ano.

A Prisão

(Reprodução)

Um homem, que estava passeando, encontrou um menino que andava pelas ruas com uma gaiola cheia de passarinhos, a vendê-los o mais depressa possível. O homem parou e olhou com dôr para os pobres passarinhos, que voavam de um lado para outro querendo fugir. Depois de olhar muito tempo, o homem perguntou-lhe: — Por quanto queres vender êsses passarinhos?

Quero doze mil réis por êtes, concluiu o menino.

Eis o dinheiro, disse o homem, pagando.

Ao receber o dinheiro, o menino ficou muito agradecido.

Terminando o negocio, o homem soltou todos os pássaros. O menino ficou muito admirado e gritou:

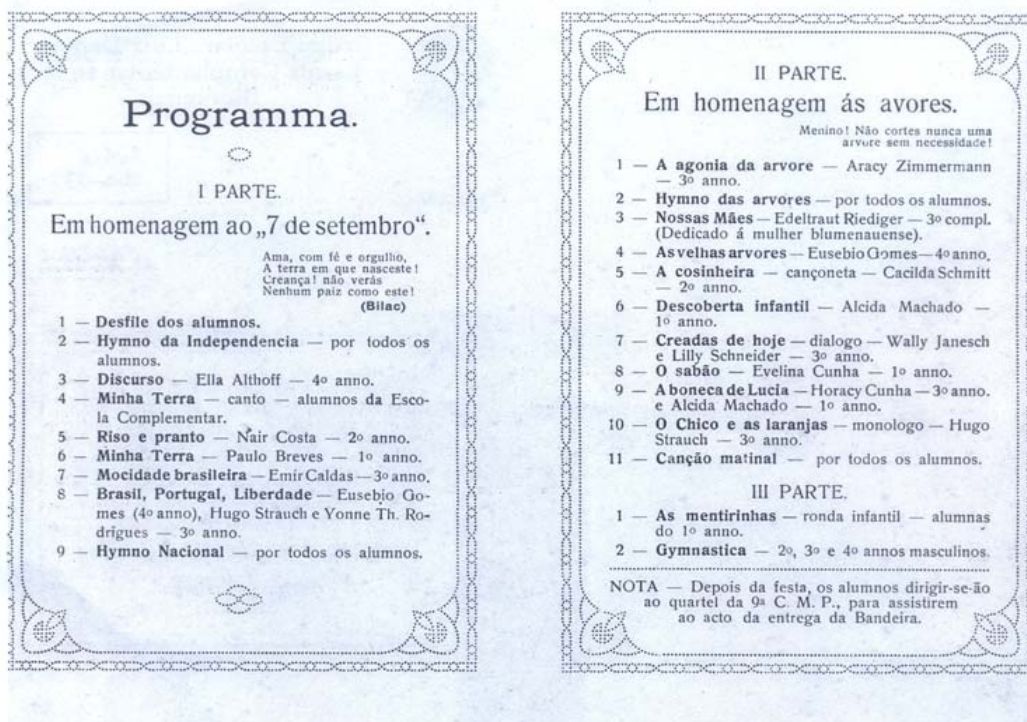
Para que fez isso, senhor? Perdendo todos os pássaros?

Meu amigo, respondeu o homem, isto não faz mal. Estive na guerra, estando seis meses na prisão, sofrendo muito. Sei o que é estar privado da liberdade; agora, todos as vezes que posso, libero os que estão sofrendo na prisão.

Alfredo Kumm. 40. ano.

Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

FIGURA 2 – Programa do Desfile Cívico de Sete de Setembro.



Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Os Cadernos da Série Fontes eram recheados de textos e cantos de exacerbação do bom cidadão, do homem justo que, temente a deus e orgulhoso de seu país, segue do fundo da alma tudo aquilo que, eleito de algum modo o melhor para o país, lhe garanta atuar no engrandecimento da Nação, o que convencido é, lhe levará, certamente ao engrandecimento pessoal e conseqüente ascensão social.

Escolarização de massa demonstrada como tática de governo, de conformação, de constituição de indivíduos, de governar as coisas que exhibe todo seu efeito de positividade, no sentido de alcance ao intento.

A breve história traçada dos sistemas de educação demonstra que não há no Brasil nenhuma escola, quer pública ou estatal, que não esteja sob a tutela do estado, a partir das diferentes estratégias legais de enquadramento que foram se desenhando como condição de existência destas instituições. Tal constatação concorre para a percepção da construção de uma escola de massa constituída como estratégia de governo.

Referencias

- ELIAS, N. 1994. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora.
- FARIA FILHO, L.M. 1998. *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autentica.
- GALLO, S. 2006. *Escola Libertária Versus legislação Autoritária*. In Letralivre, Revista de Cultura Libertária, Arte e Literatura. Ano 11, nº 45. p.8-12.
- LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (organizadores) 2000. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autentica, 2000.
- MOTTA, M.B. da. 2003. *Michel Foucault. Ditos e Escritos. Estratégia, Poder-Saber*. Vol IV. RJ. Forense Universitária.
- VENERA, I. 2003. *Tempos de Ordem: a produção do homem útil*. Itajaí. UNIVALLI. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Educação.